

CULTURA POLÍTICA, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA NO BRASIL: REFLEXÕES A PARTIR DA PERSPECTIVA GRAMSCIANA

Silmara Carneiro e Silva¹
Danuta Estrufika Cantóia Luiz²

GRUPO TEMÁTICO:
RELAÇÃO CENTRO E PERIFERIA: ESTADO E SOCIEDADE CIVIL EM ÁREAS
PERIFÉRICAS

RESUMO

A participação da sociedade civil no âmbito das instituições democráticas aparece como uma alternativa viável à construção e socialização dos institutos democráticos na contemporaneidade. No Brasil a cultura política foi construída sobre as bases dos determinantes do eurocentrismo, obtendo na história da democracia brasileira uma face paternalista e clientelista frente às relações estabelecidas entre as classes dominantes e as classes subalternas. Todavia, a participação da sociedade civil no âmbito dos institutos democráticos participativos se materializou historicamente no Brasil a partir da Constituição Cidadã de 1988 e desde então, passou a ser um caminho possível para conquistas contra-hegemônicas aos interesses liberais-burgueses predominantes na história brasileira, através da democratização do Estado. Neste sentido, o presente artigo tem por objetivo discutir sobre a cultura política e a democracia brasileira à luz da perspectiva gramsciana, a partir da revisão de literatura de autores referenciais desta perspectiva nas ciências sociais aplicadas.

Palavras-chave: cultura política, sociedade civil e democracia.

1. Introdução

A contemporaneidade traz consigo uma esfera de possibilidades e limites que congregam a configuração das relações entre Estado e sociedade civil e constitui, portanto, a natureza e os contornos da esfera democrática. As instituições democráticas possuem espaços que podem ser utilizados cotidianamente para travar lutas em prol de interesses contra-hegemônicos, lutas pelas quais as classes subalternas alcancem sua emancipação. A cultura, neste processo, constitui-se fator determinante para a análise da democracia, uma vez que esta compreende diferentes aspectos da vida humana e torna-se, na relação entre a sociedade civil e a sociedade política³, um elemento definidor de práticas no interior das relações na luta pela

¹ Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, Especialista em Administração Estratégica de Pessoas pela Faculdade Pe. João Bagozzi, Especialista em Mídia, Política e Atores Sociais pela UEPG, Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela UEPG e Doutoranda em Serviço Social e Política Social na Universidade Estadual de Londrina – UEL. Assistente Social da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social do Estado do Paraná. E-mail: verdesilmara@yahoo.com.br.

² Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC e Doutora em Serviço Social pela PUC São Paulo. Professora do Departamento de Serviço Social e do Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa e coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Estado, Políticas Públicas e Práticas Sociais da UEPG. E-mail: danutaluiz88@gmail.com.

³ Conforme nos aponta Luiz (2005, p. 246) “A categoria sociedade política, em termos gramscianos, significa tratar a relação do Estado com a Sociedade Civil não como polaridades, como quer o pensamento liberal ou neo-

hegemonia.

Elementos como a política, a economia, a ética e a moral dizem respeito ao modo de como se processa a dinâmica cultural de cada realidade ou grupo social. A cultura, deste modo, determina o conteúdo presente nas ações tanto do Estado quanto da sociedade civil, tornando-se o substrato das relações entre ambos, influenciando, assim, na construção do tecido democrático.

A expressão das diferentes consciências e ideologias presentes na sociedade é, pois uma forma vivificar a cultura, ou “as culturas” presentes numa determinada realidade e ou período histórico, sendo os espaços de participação democráticos institucionalizados um caminho para a conquista da legitimação das diferentes expressões culturais autônomas, numa dimensão ampla (de partilha de ideias, de interesses, de poderes, de ideologia) enquanto parte de uma vivência democrática, enquanto 'valor universal'.

No Brasil, a cultura política esteve sempre atrelada aos determinantes do eurocentrismo, aos ditames de uma cultura elitista que primou pela afirmação dos valores liberais burgueses, em detrimento das expressões culturais das classes subalternas. Assim, no âmbito das relações democrática tal realidade foi mediada, configurando uma tessitura democrática prenhe de questões relevantes para a análise da construção da democracia no Brasil. Tais questões são objeto de análise neste artigo, uma vez que a intenção é discutir sobre a cultura política e a democracia brasileira à luz de conceitos gramscianos.

2. Cultura política e participação democrática

A questão da cultura é uma categoria ampla que determina práticas, ações, princípios e hábitos. Uma vez mediatizada para as relações políticas é reconstruída no âmbito das instituições democrática. Assim, a democracia é uma categoria co-constitutiva deste complexo dinâmico de elementos, onde a cultura é uma constante. Sendo ela favorável ou não à democracia, torna-se elemento central, na medida em que perfaz o campo de mediações inerentes às disputas de interesses atinentes às diferentes classes sociais. Nas democracias capitalistas, os interesses são engendrados na relação capital-trabalho, mas sua disputa se materializa na cena pública, mediada pelo campo da política. Portanto, a cultura e a democracia estão imbricadas numa mesma trama de relações, constituindo-se interdependentes no campo da política. Neste sentido, podemos apontar a contribuição de Alvarez, Dagnino e Escobar (2000, p. 25) onde dispõem que “A cultura é política porque os significados são constitutivos dos processos que, implícita ou explicitamente, buscam redefinir o poder social.” A cultura interfere na dinâmica das expressões da democracia para a configuração dos diferentes cenários e contextos democráticos. Estes retratam as lutas hegemônicas que se estabelecem em sociedade entre as classes sociais.

A cultura, enquanto categoria constitutiva da vida material e social é basilar para a reflexão sobre este período histórico, sobretudo para a análise da relação entre democracia e capitalismo. Assim, diferente da visão clássica de interpretação de cultura, na qual os elementos culturais eram vistos como estáticos e separados da política e “A cultura, especialmente a popular, era o domínio da alienação, da falsa consciência e da mistificação; em suma, o reino da ideologia.” (ALVAREZ, DAGNINO E ESCOBAR, 2000, p. 63), a cultura é interpretada na perspectiva gramsciana não como “[...] uma esfera, mas uma dimensão de todas as instituições – econômicas, sociais e políticas. Cultura é um conjunto de práticas *materiais* que constituem significados, valores e subjetividades.” (JORDAN E WEEDON, 1995, p. 8 apud ALVAREZ, DAGNINO E ESCOBAR, 2000, p. 18). (itálicos no

original). Schlesener (2007, p. 32) aponta que

Gramsci reconhece as dificuldades que as classes dominadas precisam enfrentar na luta pela hegemonia: sua história é ‘desagregada e episódica’, sua atividade organizativa e cultural é continuamente rompida pela iniciativa dos grupos dominantes, só o sucesso da ação, o ‘ciclo histórico concluído’, a vitória revolucionária rompe, mas não imediatamente, a subordinação.

Assim, conforme a perspectiva gramsciana, para a constituição de uma nova cultura imbuída de elementos ético-políticos, é necessário o fortalecimento da sociedade democrática, pois uma cultura subalterna acaba por fortalecer relações autoritárias tanto no âmbito da sociedade civil como no Estado. Conforme nos aponta Gruppi (1978, p. 91)

[...] uma cultura é subalterna precisamente enquanto carece de consciência de classe, enquanto é cultura de classe ainda não conscientes de si. Com efeito, Gramsci sublinha como tal cultura é heterogênia, como nela convivem a influência da classe dominante, detritos de cultura de civilizações precedentes, ao mesmo tempo que sugestões provenientes da condição da classe oprimida.

A cultura advinda das classes subalternas, porém sem traços subalternos, é necessária ao caminho das lutas hegemônicas travadas no âmbito da esfera pública, para uma composição racional e de caráter teleológico entre Estado e sociedade civil, em que ambos, a partir da noção de Estado Ampliado gramsciano, tornam-se condição para fortalecimento do impulso *vital* das classes subalternas, à incorporação de uma cultura autônoma e emancipada, que possa fazer frente aos intentos neoliberalizantes e instrumentais da hegemonia burguesa. O Estado em Gramsci compreende que as relações de poder são construídas no interior do Estado pelas articulações e relações existentes entre a sociedade civil e a sociedade política, em decorrência de crescentes processos de socialização da política. Neste processo as relações culturais inscrevem-se no seio das relações estabelecidas entre os diferentes atores políticos envolvidos. A classe operária, uma vez consciente de si e de seus interesses, encontra no âmbito das relações com a sociedade civil e política, um espaço de expressão e de defesa de seus ideais.

Conforme coloca Gruppi (1978, p. 92)

A cultura é levada adiante pela classe operária quando essa classe se torna autônoma e encontra sua própria expressão consciente no marxismo. A nova cultura avança acertando as contas com a cultura hegemônica, vinculando-se criticamente às aquisições da cultura burguesa, reelaborando criticamente a cultura subalterna. Estabelece-se, nesse processo, uma nova unidade entre cultura-intelectuais e massas.

As sociedades poderão vivenciar novas formas para a tomada de decisões de interesse público e os conflitos entre os diferentes grupos podem ser motores para impulsionar a gramática democrática, a partir de novos valores culturais. No entanto, tais sociedades devem saber reconhecer quais os canais que podem tornar essas formas mais eficazes. Coutinho (2005, p. 93) tratando do conceito de totalidade cindida de *Rouanet* retrata que “Decerto, ele nos adverte para o fato de que ‘a alta cultura e a cultura popular são as duas metades de uma totalidade cindida’”. Com efeito, a contradição existente na relação capital e trabalho inerente à moderna sociedade capitalista compõe a tessitura ideal para a cisão cultural entre dominantes e dominados.

A participação ativa e consciente da sociedade civil é dada pela construção de uma consciência crítica dos sujeitos que se incorporam à sociedade política. Segundo Semeraro (1999) somente com a emancipação e a hegemonia das classes subalternas inicia-se a história das verdadeiras liberdades sociais.

No sentido do fortalecimento democrático as classes subalternas participam da política

na medida em que incorporam a capacidade de resistir à cultura burguesa, se embrenhando nas disputas pela hegemonia, por meio de formas diversas de resistências aos ditames do capitalismo e aos pactos de dominação inerentes à democracia burguesa. De tal forma a revolução “por baixo” pode ser materializada na história.

A superação da condição de subalternidade requer, para Gramsci, a construção de novos modos de pensar, a elaboração de uma concepção de mundo crítica e coerente, necessária para suplantar o senso comum e tornar as classes subalternas capazes de produzir uma contra-hegemonia.” (SIMIONATTO, 2009, p. 43)

Valores culturais advindos da sociedade civil em seu conjunto, em especial inscritos no âmbito da cultura das classes subalternas, entrelaçados às diferentes estratégias de sobrevivência protagonizadas pelos sujeitos em meio ao viver cotidiano subalterno, encontram no âmbito do Estado sua elevação ao campo da universalidade servindo aos intentos da coletividade. Assim, participação é

[...] um processo de vivência que imprime sentido e significado a um grupo ou movimento social, tornando-o protagonista de sua história, desenvolvendo uma consciência crítica desalienadora, agregando força sociopolítica a esse grupo ou ação coletiva, e gerando novos valores e uma cultura política nova. (GOHN, 2005a, p. 30).

Este conceito de participação nos remete à relevância do conceito gramsciano de Estado Ampliado.

O novo conceito de Estado deve, portanto, resultar da composição de elementos políticos e sociais; da força das instituições e da liberdade dos organismos privados; da inter-relação entre estrutura e superestrutura; da compenetração do aparelho estatal com a sociedade civil organizada. (SEMERARO, 1999, p. 75).

É fundamental o avanço e amadurecimento cultural e político da sociedade civil em seu processo de organização e na constituição da natureza de sua participação nos espaços a ela reservados no âmbito da estrutura estatal em seu conjunto. Para tanto, podemos “empregar a expressão 'catarse' para indicar a passagem do momento meramente econômico (ou egoístico-passional) ao momento ético-político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens.” (GRAMSCI, 2001, p. 314) para endossar a importância da participação ativa e crítica da sociedade civil no âmbito das estruturas de participação estatal, a fim de oportunizar a materialização histórica dos processos catárticos propostos por Gramsci.

Não há maturação efetiva e nem preparação prévia delimitada para o processo democrático. Neste sentido, na contramão do processo de reestruturação das práticas de dominação Semeraro (1999, p. 157) nos aponta que a “[...] função decisiva das componentes ético-políticas e do processo de subjetivação leva Gramsci a valorizar a sociedade civil como o lugar da liberdade, da gestação de culturas e da formação de novos sujeitos políticos”, pois da passagem da dimensão individual para a dimensão pública e coletiva, o sujeito perpassa por um percurso de participação do indivíduo ao ser social⁴ (SEMERARO, 1999). Coutinho (2005, p. 94) acrescenta que para Gramsci

[...] a luta por uma nova cultura (momento da luta para uma nova hegemonia) implica um esforço no sentido de 'depurar' o 'senso comum' e elevá-lo ao nível do 'bom senso', ou seja, a uma concepção do mundo mais organizada e sistemática que,

⁴ “A passagem da estrutura à superestrutura, da necessidade à liberdade, para Gramsci é o momento no qual o indivíduo se transforma em ser social, no qual se produz o sentido unitário da sociedade e se forma o 'bloco histórico' que permite integrar dialeticamente as forças da esfera econômica com as expressões culturais e a participação política das massas excluídas”. (SEMERARO, 1999, p. 156).

liberta de anacronismos e mesclas bizarras, coloque-se à altura da modernidade e se converta em instrumento de uma práxis crítica.

Para Gramsci, os segmentos organizados da sociedade poderão alcançar um momento de elevação ético e política onde participar não se torna apenas

[...] resultado dum efeito mecânico proveniente de estruturas objetivas, nem se identifica com alguma idéia predeterminada que dirige a história misteriosamente, mas é a expressão mais elevada do projeto hegemônico de sociedade que as classes subalternas são capazes de construir quando se constituem em sujeitos conscientes e ativos. (SEMERARO, 1999, p. 155).

A elevação intelectual e cultural das classes subalternas torna-se fundamental para que possam olhar criticamente a realidade, e desta forma participar ativamente dos espaços democráticos. O anseio por minimizar práticas corporativas e buscar formas conjuntas de tomada de decisão na direção geral da sociedade é um legado da sociedade civil em seu conjunto. Valorizar práticas de negociação e de consenso hegemônicas em detrimento de critérios particularistas ou classistas no âmbito das instituições democráticas é uma questão necessária à construção de um espaço ampliado; no qual sociedade civil e sociedade política travam negociações e consensos unificados, visando hegemonicamente à vontade geral da sociedade e restringindo consequentemente ações que coadunam com pactos paralelos e contingentes que não obtêm centralidade para a justiça e o bem estar de toda a sociedade. Assim, a democracia das massas é apontada por Coutinho (2000) como uma alternativa ao liberal corporativismo defendido e praticado pela burguesia contemporânea. Nesta concepção de democracia haveria “[...] uma articulação organizada entre democracia representativa e democracia de base capaz de favorecer a projeção permanente do movimento popular no Estado, transformando-o.” (INGRAO, 1997 apud COUTINHO, 2000, p. 34).

Convém pensarmos que uma nova cultura política convive em potencial nos espaços democráticos de participação da sociedade civil no âmbito da estrutura estatal, *lato sensu*. Conforme nos aponta Gramsci, a cultura subalterna⁵ é heterogênea. Porém, se pensarmos que a democracia é um processo inacabável, (ROUSSIAUD E WARREN, 2000), inacabáveis são também os meios pelos quais a classe subalterna pode se imbuir ético e moralmente e partilhar autonomamente do poder no âmbito do Estado.

3. Os aspectos culturais da democracia no Brasil

O Brasil traz em sua história avanços e retrocessos no que se refere à sua perspectivas democráticas. Os elementos culturais inerentes à formação da sociedade brasileira⁶ concorrem para a configuração das relações entre sociedade civil e Estado, determinando o fazer político cotidiano da esfera pública brasileira, permeado por uma relação de dominação e desigualdades.

A sociedade brasileira carrega *per si* uma riqueza cultural múltipla, que se tornou híbrida no decorrer da história e guarda consigo determinantes da lógica imposta pelo modelo eurocêntrico de desenvolvimento. Constituída por diferentes grupos e etnias a sociedade brasileira foi se estruturando ao longo dos anos de colonização e expansão econômica e

5 De acordo com Yazbek (2006, p. 18) “A subalternidade faz parte do mundo dos dominados, dos submetidos às exploração e à exclusão social, econômica e política. Supõe como complementar, o exercício do domínio ou da direção através de relações políticos-sociais em que predominam os interesses dos que detêm o poder econômico e de decisão política.”

6 São autores que discutem a temática da formação da sociedade brasileira: Caio Prado Junior, Marilena Chauí, Florestan Fernandes, Octávio Ianni.

cultural. Podemos dizer que o Brasil é resultado do movimento mundial de expansão geográfica, sendo condicionado pela visão eurocêntrica de desenvolvimento. Furtado (1999, p. 58) coloca que a “[...] cultura brasileira é um dos múltiplos frutos desse processo de expansão geográfica da civilização européia nos albores da era moderna.” Europeus, africanos, asiáticos, entre outras tantas etnias formam a estrutura da sociedade civil no país. Assim, o Brasil formou-se, a partir de uma relação complexa e contraditória de assimilação ou não, da cultura européia do ponto de vista ocidental, estando ainda condicionada à particular formação econômico e social do país. Coutinho (2005, p. 19) aponta que “[...] a organização da cultura já não é algo diretamente subordinado ao Estado, mas resulta da própria trama complexa e pluralista da sociedade civil.”

No Brasil o desenvolvimento econômico e social, as relações de poder e as transformações societárias estiveram hegemonicamente atrelado aos intentos da classe dominante, que buscou meios para o fortalecimento de seus elementos culturais, econômicos, políticos e sociais, realizando as reformas necessárias à manutenção dos interesses dominantes, sem transformar a estrutura social do país.

O fato de que os pressupostos da formação econômico-social brasileira estiveram situados no exterior teve uma importante consequência para a questão cultural. Isso significa que, no caso brasileiro, a penetração da cultura europeia (que se estava transformando em cultura universal) não encontrou obstáculos prévios. (COUTINHO, 2005, p. 44).

Perpetuou-se, com efeito, no país a manutenção de uma estrutura social desigual e a economia dependente externamente. Coutinho (1984, p. 137) destaca que “A tendência objetiva que tem a transformação social no Brasil de se realizar por meio da ‘conciliação pelo alto’ marca de vários modos o conteúdo da cultura brasileira.” Nesta lógica não houve historicamente uma efetiva preocupação com a articulação e sustentação interna do mercado capitalista e com a condição de existência das camadas mais pauperizadas da sociedade brasileira, a preocupação centrou-se em consolidar a imposição do desenvolvimento do país nos moldes culturais europeus. Determinante para a manutenção dos interesses da classe burguesa no âmbito do desenvolvimento da sociedade brasileira, foi a idéia de “interesse nacional”. Tal concepção é uma construção ideopolítica que permite explorar o sentimento de pertença, próprio da natureza humana, favorecendo uma leitura da realidade em seu conjunto, em detrimento das particularidades, desigualdades entre as diferentes camadas sociais no país. Assim, no plano da cultura, a manipulação ideológica é eficaz. Visa a incorporação de valores de interesse minoritários, por parte de toda a população, que age como se fosse beneficiada igualmente quando da hegemonia de tais interesses, que notadamente são burgueses.

As relações no âmbito do Estado brasileiro estiveram hegemonicamente determinadas pelo caráter elitista e intimista da organização da cultura no país⁷, no entanto vale ressaltar as resistentes e históricas lutas contra-hegemônicas à ordem burguesa emergentes no seio da população brasileira, especialmente os movimentos pela redemocratização na década de 80, como exemplos históricos da resistência popular às determinações hegemônicas da burguesia

7 Fatos históricos marcam a cultura política brasileira, podemos citar alguns fenômenos históricos, como a independência; a proclamação da república; a revolução de 1930; o totalitarismo de Estado aos moldes fascistas, em 1937; a redemocratização em 1945 (que apesar de abrir espaços para a participação da população brasileira, e de fortalecer, em certa medida, a democracia brasileira, não consegue romper definitivamente com os ranços da cultura elitista que continuou presente no debate democrático atuando firmemente nas relações de poder no decorrer do desenvolvimento democrático brasileiro deste período); em 1964 mais uma cooptação elitista brasileira transforma a estrutura política brasileira e desta vez o regime militar, re-emprega no país, uma cultura política de cunho centralizador, autoritário, burocratizada, clientelista, assistencialista, e continua a reforçar o paternalismo presente na cultura brasileira. E na década de 80 os movimentos pela redemocratização, culminando com a promulgação de uma nova Constituição, de caráter democrático em 1988.

nacional. Desta forma, podemos dizer que o desenvolvimento e a formação do país aconteceram, hegemonicamente, vinculados, aos moldes da revolução passiva, “de cima para baixo”. As resistências à hegemonia burguesa, portanto aconteceram historicamente na contra regra desta lógica. Os avanços populares possíveis, em meios às diferentes conjunturas, possuem uma dupla composição: são resultados da luta das classes subalternas e, em boa medida, constituem-se também concessões da classe dominante para garantir a manutenção da hegemonia burguesa. Como aponta Mota (2005) nem tudo é concessão, nem tudo é conquista, nem tudo se dá em nome da reestruturação do sistema capitalista, mas é consequência do movimento conflituoso entre o capital e o trabalho. Assim, contraditoriamente, dá respostas políticas às massas e atende às suas necessidades concomitantemente (MOTA, 2005).

No período ditatorial podemos observar várias ações de que visavam a expansão seletiva de programas sociais, focalizando as ações na formalização do emprego. Assim, cidadão era aquele que estava no mercado de trabalho formal, sendo que aos subempregados não eram estendidos os benefícios sociais, restando gozarem da tutela oferecida pelas ações de caridade e filantropia.

A política brasileira tem incorporado em sua estrutura a lógica da caridade e da filantropia, questões estas guardadas na histórica cultura populista brasileira. Conforme nos aponta Chauí, (2000, p. 87) sobre a cultura populista, esta se assenta num

[...] poder pensado e realizado sob a forma da tutela e do favor, e que o governante se apresenta como aquele que é o único que detém não só poder, mas também o saber sobre o social e sobre o significado da lei. Por ser o detentor exclusivo do poder e do saber, considera os governados como desprovidos de ação e conhecimento políticos, podendo por isso tutelá-los. Essa tutela se realiza numa forma canônica de relação entre o governante e o governado: a relação de clientela.

Nesta lógica o governado não é sujeito de direitos, mas receptor de favores, oferecidos pelos governantes em troca da gratidão e do compromisso do governado em mantê-lo no poder.

Em contrário à lógica da tutela e do favor inerente às políticas populistas o momento de transição democrática é caracterizado por rupturas e avanços no que se refere à garantia de direitos à sociedade civil, frente ao Estado. As reivindicações da sociedade civil diferenciavam-se em seu conjunto. As diferentes classes sociais da sociedade brasileira lutavam motivadas por diferentes questões, sendo hegemônicas e contra-hegemônicas⁸. Dentre as diferentes motivações para a luta por direitos frente ao Estado, a luta pelos direitos humanos foi capaz de congrega as diferentes classes sociais e tendências políticas de oposição. (CHAUÍ, 1986).

É importante ressaltarmos que sem dúvida

[...] incorreríamos em grave engano se imaginássemos que as reivindicações, contestações e resistências vindas da sociedade possuíam as mesmas origens, as mesmas motivações e os mesmos conteúdos, ainda que globalmente aparecessem como luta social pela democratização. (CHAUÍ, 1987, p. 52).

8 Dentre os diferentes segmentos organizados da sociedade brasileira nesta conjuntura, cabe ressaltar a classe empresarial, que lutava pela liberalização do regime, a partir da antinomia estatal *versus* iniciativa do campo econômico; a classe média que lutava pela anistia aos presos e exilados políticos, pela liberdade de imprensa, pela democratização dos serviços públicos, (educação e saúde), fim da violência policial e militar, das torturas aos presos comuns e a modificação do sistema carcerário e hospitais psiquiátricos; os movimentos sociais que lutavam, sobretudo pela ampliação do espaço de discussão e dos centros de decisão nas instituições públicas e privadas; os trabalhadores que lutavam pela liberdade e autonomia dos sindicatos em face do Estado, pelo direito de greve, formação de comissões nas fábricas, unificação do salário mínimo, igualdade de condições entre as mulheres trabalhadoras, distribuição de terras e de riqueza, entre outras demandas, e ainda os movimentos das minorias (sexuais, de negros, mulheres entre outros) que lutavam pelos seus próprios direitos.

A cultura popular é prenhe de possibilidades, no tocante às possíveis e diferentes rupturas que podem conquistar junto ao seio dos interesses dominantes, pois a “Cultura popular é, portanto antes de mais nada, consciência revolucionária”, 'um tipo de ação sobre a realidade social'.”(ARANTES, (1990, p. 54). Imbuídos desta consciência progressista é que

Nos anos 80, os movimentos sociais se organizaram, os sindicatos se fortaleceram e as aspirações por uma sociedade mais justa e igualitária ganharam forma na reivindicação de direitos, projetaram-se no cenário público, deixaram suas marcas em conquistas importantes na Constituição de 1988 e se traduziram na construção de espaços plurais de representação de atores coletivos hoje reconhecidos como interlocutores válidos no cenário político nacional. (PAOLI E TELES, 2000, p. 111).

Entretanto, nesta conjuntura de transição democrática Nogueira (2005, p. 21) aponta que a sociedade “[...] a rigor, não estava preparada para neutralizar o asfíxiante controle do Estado, promover uma rápida ruptura com o autoritarismo e impulsionar a transformação democrática do país.” Pois as práticas democráticas não são simples deliberações formais, constituem-se num processo social que, tem interferência de múltiplos fatores. Dentre tais fatores, podemos apontar na conjuntura brasileira de transição democrática, a intensa pressão política oriunda da ditadura militar e ainda conjuntamente a crise do modelo taylorista-fordista e das políticas keynesianas, com o desmantelamento das ações welferianas no Brasil e a reestruturação econômica, social e política no país⁹. Tais apontamentos nos remetem à situação de crise que o país vivenciava nesta conjuntura, pois houve o tencionamento dos diferentes setores da sociedade brasileira que impunham para a conjuntura, condições favoráveis à sustentação da crise da década de 80.

[...] o traço predominante dessa cultura é idéia de que a crise afeta igualmente toda a sociedade, independentemente da condição de classe dos sujeitos sociais, de modo que a 'saída' da crise exige consensos e sacrifícios de todos. Para tanto, a burguesia tenta obter o consenso ativo das classes subalternas, baseado em questões que afetam o cotidiano das classes trabalhadoras, considerando-as como situações decorrentes da crise. (MOTA, 2005, p. 101).

A crise da década de 80 constituiu-se, portanto, uma crise global ou societal, da sociedade contemporânea que compreende as determinações econômicas, mas as problematiza no contexto da reprodução social, enfatizando os processos sociopolíticos institucionais. (MOTA, 2005).

Conforme nos aponta Mota (2005, p. 101)

[...] o traço predominante dessa cultura é idéia de que a crise afeta igualmente toda a sociedade, independentemente da condição de classe dos sujeitos sociais, de modo

9 Dentre as consequências do esgotamento do paradigma fordista-keynesiano e da conjuntura de reestruturação geral do sistema capitalista, sob o viés neoliberal, podemos destacar para a sociedade brasileira, as seguintes: O cenário aponta a centralidade dos impasses políticos, gerados pela relação dialética entre velho/novo – devido à fase de transição democrática e de reestruturação do capital; novas formas de dominação do capital sobre o trabalho: novos atores; novas formas de socialização de valores (políticos, sociais, éticos); defesa do neoliberalismo como ideário político e econômico; autonomia do mercado; regulação estatal mínima; a liberdade política é derivada da liberdade mercantil; fragmentação nas posturas anticapitalista; acumulação flexível – produção em escala global; emergência da burguesia internacional; desqualificação do significado histórico dos projetos de democratização do capital e socialização da riqueza socialmente produzida. Livre ação reguladora dos mercados e das esferas não estatais; formação de um novo sujeito social o cidadão consumidor: que não é portador de direitos universais e coletivos; reforma intelectual e moral em favor da nova ordem capitalista: discurso do fim do socialismo, das ideologias, da indiferenciação entre as classes; relações entre Estado/mercado/democracia, favorecendo a formação de uma nova hegemonia pautada neste tripé. (MOTA, 2005).

que a 'saída' da crise exige consensos e sacrifícios de todos. Para tanto, a burguesia tenta obter o consenso ativo das classes subalternas, baseado em questões que afetam o cotidiano das classes trabalhadoras, considerando-as como situações decorrentes da crise.

No Brasil a crise ganhou expressões particulares devido à dinâmica interna que se processava no período tanto em nível econômico, como também político. A crise da década de 80 se configura como nos aponta o conceito gramsciano uma crise orgânica que interfere nas relações de hegemonia. “[...] em suma, a crise orgânica é uma crise geral (econômica, política, moral) que pode se apresentar inicialmente como crise de direção, mas tem raízes profundas na formação econômica social.” (SCHLESENER, 2001, p. 22).

Nesta conjuntura de crise a constituinte foi elaborada pelo debate entre a esquerda (composta pela unidade cultura-intelectuais e massas) conjuntamente aos grupos conservadores de interesses liberais burgueses, culminando com uma constituição democrática liberal. Podemos dizer que a constituição garantiu do ponto de vista formal, direitos civis, políticos e sociais para a sociedade brasileira. Entretanto, na sequência de sua promulgação assistimos a sua reforma, que trouxe consigo vários pressupostos para a reestruturação administrativa e fiscal do Estado. O avanço desmedido de mecanismos internacionais de regulação da economia interna, bem como a subordinação aos ditames do capitalismo monopolista mundial foram questões determinantes à hegemonia da classe dominante do país.

Enquanto a sociedade civil se organizava na formação de uma nova configuração para as bases políticas do Estado, o próprio Estado se reformulava devido às determinações econômicas oriundas do processo de crise do capitalismo mundial e de sua reestruturação produtiva de cunho neoliberal e utilizava-se da distensão política para perpetuar ao menos com as bases do pacto de dominação ora vigente. Assim a classe burguesa consegue conter a crise, contendo as pressões contra-hegemônicas que se fortalecem nesses períodos.

Neste sentido, na década de 80 o Estado brasileiro reforma suas bases políticas e econômicas, redemocratizando-se e liberalizando-se respectivamente. As reformas se procedem no Estado com grandes dificuldades no sentido da promoção da emancipação e da autonomia das populações subjugadas pelo sistema capitalista. O que se observa, portanto, no período da transição democrática brasileira é que o país passou por uma dupla reforma, sendo política e econômica.

O conteúdo em geral da Constituição Federal de 1988 carrega de *per si* aspectos progressistas e conservadores, uma vez que, dentre outras questões, a população conquistou direitos e o Estado abriu as portas para a liberalização da política e da economia. Embora a referida constituição expresse as conquistas da sociedade civil brasileira, especialmente por parte das classes populares, dos movimentos sociais e dos intelectuais orgânicos brasileiros, esta guarda consigo reconhecidamente, o caráter liberal.

A liberalização caracteriza-se por partir do próprio poder autoritário, embora a decisão de liberalizar decorra das pressões da sociedade civil e tenha por objetivo aliviar a tensão social, decorrente das crescentes dificuldades econômicas que poderiam comprometer o pacto autoritário de dominação. (PETERSEN, et al, 1999, p. 29).

Apesar do caráter liberal da constituição de 1988, contraditoriamente a mesma abre espaço para construção de meios para uma afirmação de nova cultura política, na qual é possível a participação ativa da sociedade civil estrutura política estatal.

Após a redemocratização o campo de participação política, aberto à sociedade civil brasileira no âmbito do Estado, é prenhe de relações que trazem em seu assento uma cultura que é política na medida em que se introduz no seio da esfera pública tornando-se imperativo

nas relações conflituosas, antagônicas, clientelistas e paternalistas, entre os diferentes setores da sociedade civil que introduzidos nos espaços de participação do poder institucionalizado se relacionam com o Estado.

As ações do Estado, mediadas pela sociedade civil, são impressas na agenda pública, resultando em ações para a coletividade. Tais ações são determinadas pelo conflito societário, capital/trabalho e ainda pelas características culturais da sociedade brasileira.

A cultura política no Brasil, herdada de uma história de colonização europeia, de superposição dos valores burgueses, frente uma desagregada cultura popular, impõe ainda nos dias de hoje, muitos desafios para a contra-hegemonia na esfera das relações democráticas brasileiras.

Assim, no Brasil a democracia vem sendo uma construção baseada e conquistas das classes operárias, mas também é fruto de concessões das classes burguesas, uma vez que em momentos de crise orgânica, não há como a sociedade permanecer num mesmo *status quo*. Portanto, a reflexão sobre os limites e possibilidades que são impostos aos espaços participativos é relevante na medida em que as estruturas de poder sejam conhecidas e analisadas “de baixo para cima”, conforme a visão gramsciana de revolução.

No âmbito das relações que se estabelecem entre os sujeitos políticos envolvidos no processo de participação há uma disputa quanto ao modo do fazer político, que revela anseios dos mais diversos e trazem questões de interesse das distintas classes sociais da sociedade capitalista, constituindo-se, via de regra, um elemento que dificultador da efetivação de uma prática democrática emancipatória, em favor da autonomia dos cidadãos participantes, devido ao pacto de dominação vigente e às relações de hegemonia, que se constituem resultante do *modus vivendi* da moderna sociedade capitalista.

Deste modo, consideramos necessário que a sociedade civil em meio às instituições participativas, imbuída de um ideal autônomo frente ao Estado, lute pela (re) construção do fazer político-democrático, não como prática submissa ao Estado, mas inscrita em uma nova dimensão¹⁰.

4. Considerações Finais

As interfaces do projeto democrático da modernidade revelam que as diferentes perspectivas ideopolíticas inscritas na sociedade moderna constituem-se o substrato das relações entre Estado e sociedade civil. Assim, a cultura política democrática na contemporaneidade está permeada pelos diferentes interesses, valores e perspectivas que perpassam a lógica das relações sociais no âmbito da sociedade moderna.

No Brasil, o projeto democrático adquire uma face plural, porém herdeiro de um ranço cultural eurocêntrico, que historicamente compôs uma política paternalista e clientelista, tuteladora das classes subalternas, como forma de mantê-las dominadas e domesticadas mediante a universalização de valores capitalistas burgueses.

Doravante, verificamos que o momento de transição democrática se tornou no Brasil um momento de crise orgânica, pelo qual as classes subalternas, viram se materializar no âmbito democrático formal, através da promulgação da chamada Constituição Cidadã de 1988, preceitos, interesses e perspectivas populares. De longe, este momento tornou-se prenhe de avanços significativos para a socialização da política no país, muito embora a frente neo-liberal tenha se apropriado de suas brechas para operar uma contra-reforma na política e na economia. Contudo, uma vez instituídos os espaços participativos no âmbito da estrutura democrática, a sociedade civil encontrou um caminho de luta pela hegemonia, na qual as

10 “A política, para Gramsci, é ato de criação e recriação da sociedade, expressão viva dos inúmeros movimentos sociais, momento privilegiado da formação de sujeitos livres e conscientes, ativos e associados, instrumento de elevação e de humanização das massas. (SEMERARO, 1999, p. 176).

classes subalternas tem seu espaço de legitimidade política no Estado brasileiro e pode permanecer rumo à contra-hegemonia dos interesses neoliberalizantes e opressores das classes dominantes, estabelecidas nos espaços institucionalizados do poder democrático. Com efeito, seguindo as perspectivas gramsciana, podemos dizer que o trabalho pela continuidade da democratização da política impõe novas reformas econômicas, sociais, políticas e culturais “de baixo para cima” em favor de uma maior socialização da riqueza, do poder e da política no Brasil.

Neste sentido, a configuração das relações entre os diferentes sujeitos políticos presentes no âmbito dos espaços democráticos é fundamental para os rumos do processo de democratização no Brasil, pois a interação entre os sujeitos oriundos da sociedade civil, participantes dos diferentes arranjos democráticos, bem como o reconhecimento destes entre si, enquanto sujeitos legítimos e fundamentais para o processo democrático se constituem fatores determinantes na tomada de decisões no âmbito do Estado Democrático de Direito, garantindo os rumos das ações para a coletividade brasileira.

4. Referências

AGGIO, A. (org.) **Gramsci: a vitalidade de um pensamento**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

ALVAREZ, S. E., DAGNINO, E., ESCOBAR, A. O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos. In: _____. **Cultura Política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

ARANTES, A. A. **O que é cultura popular**. São Paulo: Ed. brasiliense, 1990, 83 p.

CHAUÍ, M. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHAUÍ, M. **Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária**. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

COUTINHO, C. N. **A Democracia como valor universal: e outros ensaios**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.

_____. Democracia e Socialismo: questões de princípio. In: _____. **Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2000, p. 17-48.

_____. **Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre idéias e formas**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

FURTADO, C. **O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GOHN, M. da G. **O protagonismo da sociedade civil: Movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. São Paulo: Cortez, 2005a.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Vol. 1, 2001.

GRUPPI, L. **Conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

LUIZ, D. E. C. Emancipação social: um histórico desafio. In: SOUZA, M. A. de; COSTA, L. C. da. **Sociedade e Cidadania: desafios para o século XXI**. Ponta Grossa: UEPG: 2005, parte 1, p. 14-71.

MOTA, A. E. **Cultura da crise e Seguridade Social: um estudo sobre as tendências da Previdência e da Assistência Social brasileira nos anos 80 e 90**. São Paulo : Cortez, 2005.

PAOLI, M. C., TELLES, V. da S. Direitos sociais: conflitos e negociações no Brasil contemporâneo. In: ALVAREZ, S. E., DAGNINO, E., ESCOBAR, A. (orgs). **Cultura Política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. Cap. III.

ROSSIAUD, J., WARREN, I. S. **A democratização inacabável: as memórias do futuro**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2000.

SCHLESENER, A. H. **Hegemonia e cultura: Gramsci**. 3. ed. Curitiba: Editora UFPR, 2007.

SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia**. Petrópolis: RJ: Vozes, 2. ed. 1999.

SIMIONATTO, I. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no serviço social**. Florianópolis: ed. da UFSC; São Paulo: Cortez, 1999.

YAZBEK, M. C. **Classes subalternas e assistência social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.